

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº [NÚMERO]/2026  
Decorrente da Concorrência nº001/2026  
Processo Administrativo nº 014/2026

O MUNICÍPIO DE NATALÂNDIA – MG, por intermédio de sua CÂMARA MUNICIPAL, inscrita no CNPJ sob o nº 01.645.912/0001-83, situada na Avenida Unaí, nº 961, Centro, CEP 38.658-000, Natalândia/MG, neste ato representada pelo Sr. MARCOS ALVES MIGUEL, Vereador Presidente, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa [RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA], inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ], com sede na [ENDEREÇO COMPLETO], representada pelo(a) Sr.(a) [NOME DO REPRESENTANTE], portador(a) do CPF nº [CPF], doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si justo e contratado, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE NATALÂNDIA – MG, com área total de 69,30 m², localizada na Avenida Unaí, nº 961, Centro, CEP 38.658-000, Natalândia/MG, conforme Projeto Básico, Planilha Orçamentária, Memorial Descritivo, Cronograma Físico-Financeiro e demais documentos técnicos integrantes do processo licitatório.

1.2 O regime de execução é EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL (art. 46, I, Lei nº 14.133/2021).

1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Projeto Básico / Termo de Referência e seus anexos;
- b) O Edital da Concorrência nº 001/2026 e seus anexos;
- c) A Proposta da Contratada;
- d) A ART de execução e fiscalização nº MG20264878395 – CREA-MG.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E DO PREÇO**

2.1 O valor global do presente contrato é de R\$ [VALOR CONTRATADO] ([VALOR POR EXTENSO]).

2.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias e extraordinárias decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, transporte, seguros, BDI e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

2.3 O valor unitário de cada serviço consta da Planilha Orçamentária, Anexo [NÚMERO], que integra este contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS (art. 105 e 106)**

*Handwritten signature in blue ink.*



3.1 O prazo de execução da obra é de 02 (dois) meses, contado a partir da data de emissão da Ordem de Início de Serviços – OIS.

3.2 O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma do art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

3.3 A OIS somente será emitida após:

- a) Apresentação da ART de execução, devidamente registrada no CREA-MG;
- b) Instalação do canteiro de obras;
- c) Regularidade fiscal e trabalhista da Contratada.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTAMENTO (art. 92, V e art. 124, II, 'd')**

4.1 Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da DATA-BASE DO ORÇAMENTO: 27 de abril de 2026.

4.2 Após o interregno de 12 (doze) meses, e independentemente de pedido da Contratada, os preços serão reajustados mediante a aplicação do Índice Nacional de Custo da Construção – INCC, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

4.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

4.4 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação vigente. Na ausência de previsão legal, as partes elegerão novo índice oficial por meio de termo aditivo.

4.5 O reajuste será processado por apostilamento (art. 136, Lei nº 14.133/2021).

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, II)**

5.1 As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na dotação orçamentária:

5.1.1 Dotação: 01.01.01.01.031.0102.1001.4.4.90.51.00 - 32

5.1.2 Exercício: 2026

5.1.3 Fonte de Recursos: 1500.000.0000

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO (art. 92, III)**

6.1 O pagamento será realizado mensalmente, mediante medição dos serviços efetivamente executados, atestada pelo fiscal do contrato, em conformidade com o Cronograma Físico-Financeiro.

6.2 O prazo para pagamento é de 30 (trinta) dias, contado da data de liquidação da despesa, mediante apresentação de nota fiscal/fatura devidamente atestada.

*Handwritten signature in blue ink.*



6.3 Para pagamento, a Contratada deverá apresentar, além da nota fiscal/fatura, os seguintes documentos:

- a) Certidão de regularidade relativa à Seguridade Social (CND/INSS);
- b) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidão de regularidade do FGTS – CRF;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- e) Certidão de regularidade perante a Fazenda Estadual e Municipal.

6.4 O pagamento somente será efetuado após o aceite da medição pelo fiscal e gestor do contrato.

6.5 Caso o dia de pagamento recaia em feriado ou dia sem expediente, o pagamento será realizado no primeiro dia útil seguinte.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO (art. 117 e 119)**

7.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato serão realizados pelo servidor Floriza de Souza Godinho Neta designada pelo Portaria nº 004, de 06 de janeiro de 2026, na função de FISCAL DO CONTRATO.

7.2 O gestor do contrato será designado pela autoridade competente por ato específico.

7.3 O fiscal do contrato exercerá as seguintes atribuições, sem exclusão de outras previstas na Lei nº 14.133/2021:

- a) Acompanhar a execução da obra, verificando a conformidade com os projetos, especificações e planilhas orçamentárias;
- b) Atestar as medições mensais, verificando a correspondência entre os serviços executados e os indicados no Cronograma Físico-Financeiro;
- c) Registrar no Diário de Obras todas as ocorrências relevantes;
- d) Notificar a Contratada sobre vícios, defeitos ou incorreções verificados na execução;
- e) Emitir pareceres e relatórios de medição, propondo ao gestor a liquidação das despesas ou a aplicação de sanções.

7.4 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade na execução (art. 120, Lei nº 14.133/2021).

7.5 A Contratada deverá manter DIÁRIO DE OBRAS, em três vias, com páginas numeradas, onde serão registradas diariamente todas as atividades, ocorrências e fatos relevantes relativos à execução. O Diário de Obras estará permanentemente disponível para análise do fiscal.

7.6 O responsável técnico da Contratada deverá assinar o Diário de Obras com frequência mínima de 3 (três) vezes por semana ou sempre que houver ocorrências relevantes.

*Suplementos*



## CLÁUSULA OITAVA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO (art. 140)

8.1 Concluída a execução da obra, o objeto será recebido:

- a) PROVISORIAMENTE: no prazo de 15 (quinze) dias a partir do comunicado da Contratada, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações;
- b) DEFINITIVAMENTE: em até 90 (noventa) dias após o recebimento provisório, mediante laudo técnico do fiscal e do responsável técnico, após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços executados e consequente aceitação.

8.2 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade civil da Contratada pelos vícios e defeitos aparentes ou ocultos.

8.3 A Contratada deverá apresentar, por ocasião do recebimento definitivo, o 'As Built' de todos os projetos executados e a baixa da ART de execução.

## CLÁUSULA NONA – DA MATRIZ DE RISCOS (art. 22, §3º e art. 92, XVII)

9.1 Conforme o Mapa de Riscos integrante do processo licitatório, ficam atribuídos à Contratada os seguintes riscos:

Risco	Probabilidade	Impacto	Alocação	Ação de Contingência
Execução em desacordo com o projeto	Média	Alto	Contratada	Sanções contratuais e refazimento
Aumento de custo por erro de dimensionamento	Baixa	Médio	Contratada	Complementação às despesas da Contratada
Vício ou defeito nos materiais	Baixa	Médio	Contratada	Substituição imediata
Acidente de trabalho	Baixa	Alto	Contratada	EPI/EPC obrigatórios; PCMAT

9.2 Ficam atribuídos à Contratante os seguintes riscos:



Risco	Probabilidade	Impacto	Alocação	Ação de Contingência
Indisponibilidade de financeira para pagamento	Baixa	Alto	Contratante	Reserva orçamentária prévia
Atraso na emissão da OIS	Baixa	Médio	Contratante	Planejamento e regularização documental
Alteração de projetos	Baixa	Médio	Contratante	Termo aditivo e reequilíbrio

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92 e 140)

##### 10.1 São obrigações da Contratada:

- Executar a obra em estrita conformidade com os projetos, especificações técnicas, planilhas e cronograma aprovados;
- Iniciar os serviços no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o recebimento da OIS;
- Manter no canteiro de obras engenheiro/arquiteto residente, inscrito no CREA ou CAU, com ART de execução registrada;
- Fornecer e manter todos os equipamentos de proteção individual (EPI) e coletiva (EPC), em conformidade com as Normas Regulamentadoras aplicáveis (NR-01, NR-06, NR-10, NR-18 e NR-35);
- Apresentar o 'As Built' de todos os projetos ao final da obra;
- Manter durante toda a vigência do contrato todas as condições de habilitação exigidas na licitação;
- Responsabilizar-se por todos os danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência de suas atividades;
- Comunicar ao fiscal, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente;
- Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoas com deficiência, para reabilitados da Previdência Social e para aprendizes (art. 116, Lei nº 14.133/2021).

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

##### 11.1 São obrigações da Contratante:

- Emitir a Ordem de Início de Serviços após o cumprimento das condições previstas na Cláusula Terceira;
- Proporcionar à Contratada as condições necessárias ao cumprimento do contrato;
- Fiscalizar a execução do contrato por meio do fiscal designado;

*Assinatura*



- d) Atestar e liquidar as medições mensais e efetuar os pagamentos nos prazos estabelecidos;
- e) Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificados;
- f) Responder a pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 155 e 156)**

12.1 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela Contratada sujeitará às sanções previstas nos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021, observados os princípios da proporcionalidade, razoabilidade, contraditório e ampla defesa, podendo ser aplicadas as seguintes penalidades:

- I – advertência;
- II – multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da obrigação inadimplida, limitada a 15% (quinze por cento);
- III – multa compensatória de até 10% (dez por cento) do valor global do contrato, nos casos de inexecução total, parcial grave ou descumprimento contratual relevante;
- IV – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 3 (três) anos;
- V – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021.

12.2 As sanções poderão ser cumuladas com a multa (art. 156, §7º).

12.3 A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo com garantia do contraditório e da ampla defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

12.4 Os débitos resultantes de multa poderão ser compensados com os créditos devidos à Contratada (art. 156, §8º).

12.5 Na aplicação das penalidades previstas neste contrato, a Administração observará a natureza e a gravidade da infração, os prejuízos causados ao interesse público, a reincidência, os antecedentes da Contratada, a proporcionalidade da sanção e as circunstâncias agravantes e atenuantes do caso concreto.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 137 a 139)**

13.1 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes.

13.2 O contrato pode ser extinto antes do prazo fixado pelos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, Lei nº 14.133/2021).

*Suplentes*



#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

14.1 Não será admitida a subcontratação total do objeto contratual.

14.2 A subcontratação parcial depende de autorização prévia e expressa da Contratante, ficando a Contratada responsável perante a Administração pela execução dos serviços subcontratados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GARANTIA CONTRATUAL (art. 96)**

15.1 Para a assinatura do contrato, a Contratada deverá prestar garantia de 5% (cinco por cento) do valor global contratado, a ser recolhida no prazo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura, em uma das modalidades previstas no art. 96, §1º da Lei nº 14.133/2021:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- b) Seguro-garantia;
- c) Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira.

15.2 A garantia será liberada após o recebimento definitivo da obra, mediante requerimento da Contratada.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS (art. 124 a 136)**

16.1 Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

16.2 A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila (art. 136).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO (art. 174)**

17.1 O extrato deste contrato será publicado no Sítio Eletrônico da Câmara Municipal de Natalândia e nos demais veículos de comunicação exigidos pela legislação, no prazo de 20 (vinte) dias úteis a partir de sua assinatura, nos termos dos arts. 54, 94 e 174 da Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO (art. 92, §1º)**

18.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Bonfinópolis de Minas/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

*Supplies*



## CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

19.1 Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei nº 14.133/2021, nos regulamentos municipais pertinentes e, subsidiariamente, no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e nos princípios gerais dos contratos.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, perante as testemunhas adiante nomeadas.

Natalândia – MG, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
MARCOS ALVES MIGUEL  
Presidente da Câmara Municipal de Natalândia – MG  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]  
[CARGO] – CPF nº [CPF]  
CONTRATADA

### TESTEMUNHAS:

1) Nome: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

2) Nome: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

*Assinatura*